

# historia: fronteiras



**Vol. I**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)



Volume I

# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

## FRONTEIRAS DO MARXISMO: *LUTAS SOCIAIS*

---

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

*L*utas Sociais não se apresenta como uma revista marxista, embora quase todos os que a produzem pretendam sê-lo. Nela publicam militantes de diversos partidos e facções que se pretendem marxistas, indivíduos que não se organizaram partidariamente e até uns poucos que não se consideram marxistas (enfim, lá somos maioria). Em meio a este verdadeiro *boom* de publicações marxistas, somos um pouco peixes fora d'água. Nosso consolo é que o próprio Marx, diante de certos de seus seguidores, preferiu declarar que não era marxista. O que nos une, enquanto membros de um núcleo de pesquisas, o NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – são alguns princípios e esperanças: não neutralidade do poder político; estreita relação entre poder político e ideologias; convicção de que o capitalismo produz, cada vez mais, a barbárie em larga escala; convicção de que este tipo de sociedade só será transformado pela mais ampla e consciente atividade das classes populares; que estas lutas enfrentam, atualmente, bloqueios consideráveis; expectativa de que, na universidade, se possa desempenhar um papel que, embora imensamente secundário, tenha alguma importância para o conhecimento destas lutas reais ou potenciais; que tal conhecimento não seja de todo impossível de ser apropriado por estas classes.

Neste sentido, não trago aqui o pensamento do coletivo da revista. Mas, ao expor, trago o meu – e tanto quanto isto é possível, unicamente meu – ponto de vista atual sobre o tema, estou passando a imagem da revista: uma revista plural no interior de um campo determinado. Pretendo abordar o tema proposto, “fronteiras do marxismo”, no que se refere às relações do mar-

xismo com as possibilidades de avanço das lutas sociais que, de um modo ou de outro, podem se contrapor ao capitalismo. Para isto, o marxismo deve superar limites, muitos dos quais, ele, em outras épocas, ajudou a expandir. Examinemos alguns deles.

#### AVANÇAR NA COMPREENSÃO DA ATUAL FASE DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO EM CRISE

Eis uma questão teórica e politicamente crucial que, no fundo, remete-se à validade do próprio enquadramento estatal-nacional das formações sociais. No plano teórico, desde os tempos modernos, é o Estado nacional que tem fornecido a “escala” para a elaboração dos conceitos fundamentais em praticamente todas as teorias políticas. Ele é a referência, direta ou não, para as principais formulações sobre “sociedade civil”, poder político, nação, classes sociais, representação, legitimidade etc. E novas formulações teóricas, mesmo quando relacionadas mais diretamente a processos contemporâneos, repercutem sobre o conhecimento do passado. Um exemplo crucial para meu tema é a hipótese de Arrighi<sup>1</sup>, só “demonstrável” neste final de século, acerca da rigidez da estratificação das formações sociais em núcleo orgânico, periferia e semi-periferia. Segundo este autor, apesar de todas as “ilusões do desenvolvimento” no período 1938-1983, apenas dois países passaram efetivamente da periferia para a semi-periferia e somente um ingressou no núcleo orgânico. Ora, neste período, ocorreram no Brasil diversos surtos de “ilusões do desenvolvimento”, destacando-se os da segunda metade dos anos 50 e o do “milagre brasileiro”. Nesta conjuntura de crise do chamado neoliberalismo, não faltarão aqueles que, mais uma vez, em nome do interesse nacional, proporão novos sacrifícios às classes populares em nome da competitividade e melhor inserção “do país” na nova ordem mundial. Todavia, tanto estatistas como liberais são obrigados a explicar um pouco melhor porque, depois de tantos “milagres”, com os mais diferentes tipos de governo (e mesmo de regime político), países como o Brasil não ingressaram no seletor clube do “primeiro mundo”. Pior, ficaram mais distantes dele.

Do ponto de vista mais imediatamente político, o balanço das relações entre marxismo e estatismo (o núcleo do nacionalismo moderno), ao longo do século vinte, para ficarmos somente nele, é catastrófico. Inúmeros movimentos antiimperialistas (inclusive de libertação nacional) foram liderados por organizações que se declaravam marxistas e, em algum momento, estabeleceram ordenamentos políticos que se apresentavam oficialmente como socialismo (ou em marcha rumo ao socialismo). Por uma série de fatores, que devem ser examinados cuidadosamente, praticamente todos estes processos culminaram em derrotas do marxismo e triunfo de uma ou outra forma de nacionalismo (e, com ele, do estatismo), mesmo quando este retira do baú uma roupagem liberal que estava em desuso desde meados do século XIX. Mas será tudo isto coisa do passado?

Caso se suponha não apenas o enfraquecimento dos Estados nacionais, mas, principalmente, a perda de congruência das economias nacionais, cada vez mais perpassadas por fluxos de capitais que se deslocariam com incrível rapidez em um espaço globalizado, os Estados nacionais ainda poderiam ser considerados como, para recorrermos à formulação de Poulantzas<sup>2</sup>, centros de articulação (e, logo, de ruptura) dos diferentes níveis de uma formação social?

Em caso de uma resposta negativa, não somente este tipo de Estado, mas as próprias formações sociais, desprovidas de articulação, teriam perdido sua relevância como realidade e como conceito. Solapado o estatal, fragmentada a formação social, o que restaria para a nação? Nações e nacionalismos teriam, finalmente, perdido sua eficácia histórica, como afirma, por exemplo, Hobsbawm<sup>3</sup>? E, enfim, terá se dissolvido qualquer possibilidade de pensar a dependência (ou mesmo a interdependência)? Pois, afinal, “quem” depende de “quem” (ou interdependência de “quem” com “quem”)? A problemática do imperialismo foi traga-da pela onda da chamada globalização? Como pensar as atuais assimetrias econômicas, políticas e culturais que se dão no panorama internacional? Como distingui-las das assimetrias anteriores? Terá havido apenas uma mudança no “mundo real”, que deixou aquelas teorias inadequadas para a explicação do pre-

sente? Ou estas mudanças revelaram, retroativamente, limitações daquelas teorias? Quais mudanças? Que novas explicações?

Considero possível desenvolver formulações que, abandonadas por boa parte da literatura sobre o tema, voltam a adquirir importância crucial.

#### **EM BUSCA DE UM CONCEITO DE “TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO”**

A questões acima não são indiferentes a um extraordinário processo de expansão do capitalismo, o qual, aliás, encontra-se, segundo diversos estudiosos<sup>4</sup>, em um período de crise. O conceito de capitalismo adotado aqui é claramente relacional. Formulações sobre “perda da centralidade da categoria trabalho”<sup>5</sup>, não desqualificam a hipótese de que a “centralidade” da relação capital-trabalho se espalha, de modo desigual, por todos os rincões do planeta e permanece atualíssima para explicar a dinâmica do capitalismo. Esta dinâmica, por sua vez, é “central” para explicar, por exemplo, o que chamam de “globalização”.

Um conceito não economicista de capitalismo possibilita observar as diferentes esferas deste modo de produção, em suas distintas particularidades, inclusive suas diferentes temporalidades<sup>6</sup>. Mesmo nas relações econômicas, nem tudo se “globaliza” no mesmo ritmo. Embora haja uma inegável transnacionalização da produção, a chamada mundialização financeira ocorre de forma bem mais ampla e acelerada<sup>7</sup>. Além disso, as aspirações de consumo, material ou simbólico (com toda a dificuldade que esta distinção apresenta) percorrem outros circuitos em outros ritmos.

Enfim – e em estreita relação com o afirmado no parágrafo anterior – uma teorização mais refinada sobre o modo de produção capitalista requer um conceito de Estado, pois este (bem como a ideologia<sup>8</sup>) é fundamental para o próprio processo de constituição/dissolução das classes sociais<sup>9</sup>.

Aqui, mais uma vez, a importância das leituras não economicistas sobre a relação Estado/classes, especialmente as realizadas por Gramsci e Poulantzas, é crucial<sup>10</sup>. Uma possível vantagem suplementar do conceito de transnacionalização é que ele remete a um processo no qual as relações de produção capitalistas se expandem e perpassam de modo mais intenso as forma-

ções sociais estatais nacionais, mas, pelo menos até o momento, não as “destruíram” nem tornaram anacrônicos “seus” respectivos Estados.

Generalizações sobre o enfraquecimento dos Estados nacionais carecem de maior demonstração teórica e se chocam ingloriamente com a própria empiria. Neste final dos noventa, assistimos a uma performance espetacular do Estado norte-americano, não somente no plano político-militar<sup>11</sup>, mas inclusive ao alavancar o processo de recuperação econômica de grandes conglomerados sediados nos Estados Unidos que, por algum tempo, pareciam definitivamente derrotados na disputa com alguns concorrentes externos, especialmente japoneses<sup>12</sup>. Também se desenrolam dois portentosos processos (convém insistir: ainda em curso) de *nation-making*: na África do Sul e na China, esta última produzindo impactos geopolíticos em escala planetária<sup>13</sup>.

Todavia, é inegável que, na atual fase de transnacionalização do capitalismo em crise, se produzem fortes impactos sobre as formações sociais estatais-nacionais. Tais impactos suscitam importantes problemas de caráter teórico e político. Quais são eles?

Procurarei testar a fecundidade das abordagens que visam a apreender teoricamente o Estado capitalista a partir dos vínculos que ele mantém com as relações de produção. Trata-se, no limite, de apreendê-lo como um Estado que é classista, sem inscrever explicitamente este caráter em sua estrutura e tampouco ser necessariamente controlado, de modo direto, por qualquer classe social. A “função” deste Estado é criar as condições jurídico-políticas adequadas à reprodução das relações de produção capitalistas e, neste sentido, suas principais características estruturais são: 1) abertura formal do acesso aos postos do aparelho estatal a todos os agentes do processo de produção; 2) constituição de todos estes agentes como indivíduos-sujeitos livres e iguais (os cidadãos); 3) reagrupamento destes indivíduos-sujeitos em uma comunidade, a comunidade nacional<sup>14</sup>, que se apresenta como singular, profundamente identificada com um determinado território e cuja soberania se encarna no Estado<sup>15</sup>.

**IDEOLOGIA NACIONAL E NACIONALISMO**

A partir destas três teses relacionadas com o Estado capitalista, é possível desenvolver algumas hipóteses sobre a ideologia nacional e o nacionalismo. A primeira refere-se ao próprio exame de ideologia nacional, terreno que foi relativamente bem explorado ao longo da última década por autores de diferentes linhas teóricas. Gellner refere-se a comunidades “inventadas” e traça umnexo bastante estreito entre “representações nacionais” e sociedade industrial. B. Anderson prefere destacar o modo como as comunidades são “imaginadas” e, para ele, a comunidade nacional se imagina como soberana e limitada<sup>16</sup>.

Ambos, para nos restringirmos a estes dois autores, relacionam estreitamente nação e capitalismo, embora cada um conceitue este e aquela de um modo particular. Todavia, as formulações de Gellner são demasiado economicistas, ao enfatizarem o que o marxismo clássico conceitua como “forças produtivas”. Já Anderson recorre a uma dimensão demasiado restrita do capitalismo (o “capitalismo editorial”), deixando, assim, imprecisa sua concepção acerca deste sistema e perdendo de vista o que me parece essencial: os nexos de expressão/ocultação entre a ideologia nacional e, por um lado, as relações de produção capitalistas e, por outro, o Estado burguês.

A ideologia nacional desempenha um importante papel na legitimação de um Estado que “dissolve” as classes em um conjunto de “cidadãos” que imaginam interagir livremente e, ao mesmo tempo, comungam o pertencimento a uma “comunidade inclusiva” cuja soberania se expressa precisamente por intermédio deste Estado, o objeto maior da lealdade dos “nacionais”.

Eis, portanto, o nexos entre ideologia nacional e capitalismo: trata-se de uma ideologia que se articula estreitamente à representação de uma coletividade de iguais construída sobre a base de uma dominação de classe. Em um aparente paradoxo, esta constituição ideológica dos cidadãos se articula à plena separação nas relações de produção, entre os trabalhadores diretos e os meios de produção. Inversamente, quando se constitui uma “unidade” entre o trabalhador direto e os meios de produção, a relação de dominação político-ideológica recebe o selo da depen-

dência pessoal<sup>17</sup>. Eis, também, o nexu exclusivo da ideologia nacional com o Estado burguês: a primeira legitima um Estado que, em uma sociedade de classes, apresenta-se como expressão maior da soberania de uma comunidade nacional – e somente dela – cujos membros são, por definição, essencialmente iguais.

A partir dessas formulações é possível abrir o leque de determinações do nacionalismo, descartando-se uma abordagem economicista. Para haver nacionalismo basta ocorrer com alguma intensidade, neste ou naquele grupo social, a percepção de que algum “distúrbio” na “comunidade nacional”, especialmente em relação à tarefa que a ideologia nacional atribui precipuamente ao Estado: expressar a soberania daquela comunidade.

Isto talvez ajude a compreender o “paradoxo do nacionalismo” na segunda metade dos anos 50: suas principais correntes, embora criticassem os riscos de “desnacionalização” e “perda de soberania”, apoiavam fundamentalmente a política de desenvolvimento capitalista e dependente, pois a “industrialização” era vista como pré-requisito da plena constituição do ser nacional<sup>18</sup>.

O mesmo se aplica, com sinais trocados, ao debate atual sobre “globalização” e Estados nacionais. A questão crucial não consiste em verificar se, diante da “globalização”, o Estado perdeu ou não sua soberania, até porque esta sempre foi, para a maioria dos Estados, em grande parte, mítica.

De um ponto de vista mais teórico, pelo menos duas observações devem ser feitas em relação às vicissitudes da noção de soberania. A primeira, já anunciada acima, aponta para a distinção entre a eficácia ideológica da noção de soberania, requisito fundamental para a constituição do Estado nacional<sup>19</sup>, e sua eficácia explicativa. A segunda refere-se a um desfoque teórico e a uma generalização indevida. Esta e aquele coexistem em boa parte da literatura que se preocupa com um aspecto que, embora secundário, é importante: a capacidade dos Estados nacionais de implementarem políticas próprias no atual contexto da “globalização”.

Antes, ressalvemos que boa parte das teses que procuram um nexu causal muito direto entre “globalização” e perda de soberania dos Estados nacionais ignora que formulações deste tipo

eram bastante comuns na virada do século e, mais ainda, no imediato pós-primeira guerra, na seqüência da criação da Liga das Nações<sup>20</sup>.

Feita a ressalva, passemos à indistinção mencionada acima. Ela consiste, essencialmente, em confundir política de Estado com aspectos estruturais do Estado capitalista<sup>21</sup>. Já o desfoque teórico consiste em ignorar as capacidades diferenciais de execução de políticas: 1) por parte dos diferentes Estados; 2) no caso de um único Estado, no que se refere a diferentes campos de implementação.

Por exemplo, é inegável que a política de desenvolvimento implementada na segunda metade dos anos 50 produziu impactos profundos sobre a formação social brasileira, inclusive contribuindo para redefinir sua inserção no sistema internacional. Todavia, era imensa a defasagem entre a capacidade de implementação de políticas interna e externa, ao ponto de certos atores políticos importantes, como Archer, negarem que o Estado brasileiro, durante os anos JK, tenha tido uma política exterior congruente<sup>22</sup>. A este respeito, um único exemplo: a tentativa, encetada por setores nacionalistas inseridos no aparelho burocrático de Estado e no parlamento<sup>23</sup>, de desenvolver uma indústria nuclear no Brasil foi, justamente quando parecia triunfar, ostensiva e categoricamente torpedeada pelo Estado norte-americano<sup>24</sup>.

Mesmo se trabalharmos com a clássica distinção (que não significa, necessariamente, separação) entre soberania interna e externa, é fácil demonstrar que, em seu primeiro ano de governo, amplos setores das classes dominantes brasileiras (inclusive grandes jornais e membros da cúpula da burocracia estatal) se recusavam a reconhecer Juscelino Kubitschek como legítimo presidente do país.

#### **A ATUAL FASE DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E CRISE DA IDEOLOGIA NACIONAL**

De um ponto de vista rigorosamente teórico, trata-se de verificar quais os impactos que o processo de transnacionalização do capitalismo tem produzido, em sua fase atual, sobre aqueles

aspectos estruturais do Estado capitalista, especialmente no que se refere às questões abordadas aqui, o segundo e o terceiro.

Estes impactos parecem consideráveis no que se refere, por exemplo, à constituição da própria comunidade nacional, a começar pelos seus “elementos” fundamentais: os cidadãos.

Em uma nova fase de intensa transnacionalização do capitalismo, as lealdades fundamentais nem sempre se dirigem para o Estado nacional brasileiro (ou para qualquer outro). Um alto dirigente da Volkswagen, nascido na Espanha e que, por muitos anos, trabalha para este conglomerado no Brasil, é leal fundamentalmente a qual aparelho de poder? Se recorrermos a noções muito em voga como as de “inclusão/exclusão” social, talvez não convenha aproximá-las demasiadamente da noção de cidadania, pois é provável que estejamos às voltas com um “supra-incluído”. Por outro lado, quando grandes contingentes populacionais, nas chamadas “periferias” das metrópoles urbanas, demonstram, por diversos meios, maior lealdade à rede de poderes “informais” do que aos representantes do Estado nacional, de que tipo de cidadania se trata?

Partindo do “pólo” do Estado para o do processo de produção: na medida em que, na atual fase de transnacionalização, parece crescer uma tendência ao eufemisticamente denominado “desemprego estrutural”, aumentam as dificuldades para o Estado capitalista constituir a todos os desempregados como cidadãos. Todavia, se recorremos a um conceito mais elaborado de modo de produção, os problemas (teóricos e práticos) se tornam bem mais complexos do que nos apresenta o exame do simples nexos entre desemprego estrutural e cidadania. Pois, afinal, um(a) trabalhador(a) infantil (ou sua mãe), que trabalha, no lar, sob a supervisão despótica do “chefe” da família, na ponta da linha de produção que tem, no outro extremo, um conglomerado transnacional, está ou não “incluído”<sup>25</sup>? Caso se trate de uma situação transitória, devido a uma conjuntura de crise do sistema, os problemas teóricos se atenuam. Mas, supondo que a situação tenha adquirido um perfil mais “estrutural”, configurando uma nova fase histórica do capitalismo<sup>26</sup>, estamos diante um déficit teórico que nenhuma referência ao par inclusão/exclusão pode saldar.

Até porque, se adotamos um conceito mais complexo de modo de produção, como o referido acima, somos obrigados a ficar mais atentos à particularidade da esfera ideológica das relações sociais, o que embaralha ainda mais as cartas teóricas (e práticas) dos processos políticos nesta virada de século. Por exemplo, boa parte da chamada “criminalidade urbana” implica relações entre “agentes” incluídos e excluídos do ponto de vista do processo mais diretamente econômico, mas que tendem a compartilhar os mesmos valores (especialmente no que se refere às aspirações de consumo material e simbólico). E, por este prisma, ambos são incluídos. Serão ambos cidadãos? Marshall, que vinculava estreitamente cidadania e consciência nacional<sup>27</sup>, dificilmente diria que sim. Em um outro registro teórico, é também pouco provável que ambos sintam compartilhar plenamente da mesma “comunidade de destino” que Bauer<sup>28</sup> atribuía à nação.

Creio que se pode “cavar” ainda mais fundo a partir desta abordagem não economicista do capitalismo, ou seja, que o percebe como determinado por um complexo de estruturas diferenciadas e dotadas de características próprias.

Já me referi à correspondência entre, por um lado, a “dupla separação” produtores diretos/meios de produção e, por outro, a constituição, no plano jurídico-político, dos indivíduos-sujeitos livres e iguais, correspondência que torna possível a extração do sobre-trabalho sem a intervenção direta da coerção extra-econômica. Considero bastante provável que a chamada reestruturação produtiva, ao criar elementos de uma potencial unidade trabalhador – meios de produção, contribua, no bojo do atual processo de transnacionalização, para que, no interior do próprio capitalismo, se redefinam estas relações, com uma importância crescente de um “fator extra-econômico”, a ideologia, justamente quando muitos voltam a insistir no “fim da ideologia”<sup>29</sup>.

Mais precisamente: no “alto” ocorrem dificuldades crescentes para o desempenho, pelo Estado capitalista, de suas funções voltadas para a constituição de todos os membros da formação social como cidadãos. Em “baixo” a unidade potencial entre trabalhadores e meios de produção, ao acenar com a possibilidade<sup>30</sup> de que os primeiros controlem o processo de trabalho, re-

quer alguma forma de relação de dependência, inclusive o que Burawoy chama de “dependência social”<sup>31</sup>. Em suma, na atual fase de transnacionalização, o que, no “alto”, é dificuldade, “embaixo” é necessidade. Ambos os processos apontam para uma séria crise da ideologia nacional<sup>32</sup>. E sobre ela apresento algumas questões e hipóteses.

Em primeiro lugar, ao contrário do que previam os “globalistas” mais eufóricos no final dos anos 80, os nacionalismos não desapareceram, mas, ao contrário, reemergiram, na maioria dos casos, com um imenso potencial destrutivo. Creio não ser de todo inútil a distinção entre ideologia nacional e nacionalismo. Se a primeira é uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista, o segundo corresponde a uma “apropriação de crise” daquela. Mais precisamente, consiste em “um determinado tipo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma questão nacional”<sup>33</sup>. Já o final do século passado demonstrou que momentos de crise da ideologia nacional são férteis em nacionalismos. Em segundo lugar, é urgente insistir em que estas questões adquirem uma concretude maior quando se leva em conta as posições diferenciais ocupadas pelas formações sociais em um sistema internacional que continua assimétrico. E, neste particular, acredito que a noção de dependência, independentemente da trajetória posterior de muitos de seus autores, pode ser útil.

#### **RETOMAR A NOÇÃO DE DEPENDÊNCIA**

Fiz uma breve referência, no início deste projeto, à distinção entre estrutura e política de Estado, mencionando uma generalização abusiva acerca da perda de capacidade dos Estados nacionais para implementarem políticas próprias. Isto me leva a abordar algumas hipóteses e questões acerca da dependência, mas agora em um sentido diferente do atribuído ao termo nos parágrafos imediatamente anteriores a este. “Dependência” refere-se, agora, aos efeitos da estruturação do capitalismo no plano mundial sobre as assimetrias (não exclusivamente econômicas) das relações entre as formações sociais. Embora tais assimetrias

afetem múltiplos aspectos dessas relações, elas se concentram, de modo particular, nos Estados nacionais.

As relações entre nacionalismos que se constituem nas formações sociais dependentes e os centros hegemônicos do sistema capitalista internacional são bastante complexas e não redutíveis a questões de caráter exclusivamente econômico. Com perdão do trocadilho, tudo depende de como as forças sociais que, em um dado momento, assumem o nacionalismo, vivenciam ideologicamente a situação de dependência. Em outros termos, depende de como representarão para si mesmas esta situação e, fazendo-o, de qual aspecto da dependência (“espoliação econômica”, “carência de industrialização”, “atraso tecnológico”, “ausência de soberania”, “colonialismo cultural” etc) apresentarão como crucial. Depende, portanto, de qual será o núcleo da “questão nacional” e de quais encaminhamentos políticos serão realizados com vistas a “resolvê-la”, ou seja, eliminar o “fosso” que separa, no que tange ao aspecto em questão, de um lado, a formação social dependente e, de outro, as formações sociais de capitalismo avançado.

574

A abertura de uma nova fase de transnacionalização dos processos produtivos, no bojo da crise do capitalismo iniciada em meados dos anos 70, tem produzido um duplo “efeito”: 1) diminuição da capacidade dos Estados nacionais para implementarem políticas próprias; 2) o acirramento da competição entre eles, cada um procurando transferir para os demais o ônus da referida crise, o que torna ainda mais desvantajosa a situação da imensa maioria da população no interior das formações “periféricas” e “semiperiféricas”. A interdependência não eliminou a dependência, embora, num aparente paradoxo, esta última tenha perdido o *status* de objeto de estudo privilegiado em diversos aparelhos universitários do “primeiro” e do “terceiro” mundos<sup>34</sup>.

Aquela fragilização e, articulada a ela, o declínio e o colapso do bloco liderado pela extinta União Soviética, estão na base de deslocamentos na ordem internacional cujas conseqüências ainda são difíceis de perceber. De qualquer forma, eufemismos do tipo “conflitos norte-sul”, que apenas deslocavam o foco dos nexos estruturais entre as formações sociais hegemônicas e as

dependentes, já não conseguem ocultar: 1) o grande potencial de eclosão de novas lutas sociais; 2) o surgimento de novas questões nacionais e grande diversidade no modo de se “trabalhar” politicamente com elas. Os países dependentes apresentam profundas diferenças de estruturação interna das forças sociais e, logo, da natureza dos conflitos que, como viu no caso da Argentina após a Guerra das Malvinas<sup>35</sup>, não impedem ampla margem de entendimentos entre os dirigentes desses países e seus congêneres nos Estados Unidos<sup>36</sup>.

Se o processo de transnacionalização do capitalismo, em sua fase atual, não eliminou a relação de dependência, nem tampouco as diferenciações entre as formações sociais dependentes, uma tarefa se coloca para o aprofundamento do exame das questões nacionais neste final de século. Trata-se do reexame (e possível aprofundamento) da distinção entre nacionalismos de nações “oprimidas” e “opressoras”, como se formulou classicamente, ou, a partir dos anos 60, com a chamada “teoria da dependência”. Qual, por exemplo, o significado da defesa do direito à autodeterminação nacional?

Ao contrário do que afirmavam muitos de seus críticos, a defesa do direito à autodeterminação não vislumbrava uma situação internacional de igualdade econômica (ou qualquer outra igualdade “substantiva”). Ela se limitava à extensão/adequação do igualitarismo jurídico *formal* ao âmbito das relações internacionais. Neste sentido, a análise que embasava a defesa do direito à autodeterminação revelou-se muito mais atenta à autonomia relativa das relações políticas e ideológicas.

Por outro lado, houve um corte demasiado “grosso” que, apesar de suas declarações de intenção, a “teoria da dependência”, em suas diferentes variantes, não conseguiria aguçá-lo. Pois uma teoria que incorpora a distinção entre os dois nacionalismos não pode, como já vimos, ignorar as relações entre as forças internas a cada formação social. Se permanecermos na disjuntiva classe-nação, não só perdemos em fecundidade teórica, como incorremos em algum tipo de nacionalismo, o qual, independentemente de suas virtudes ou malefícios concretos, é radicalmente incapaz de grandes desenvolvimentos teóricos<sup>37</sup>. Em debate

importante, mas em grande parte confuso, o equívoco de Weffort, em sua crítica a Cardoso<sup>38</sup>, foi se restringir a uma concepção abstrata de relações de classe, negligenciando as relações de dependência<sup>39</sup>, inclusive no que incidem no processo de constituição das próprias classes sociais. Já o segundo autor não soube dar um tratamento crítico à noção de soberania.

Como contribuir, no plano teórico, para atualizar os princípios políticos que giram em torno da defesa do direito à autodeterminação nacional, estreitamente ligado à distinção entre os nacionalismos de nação opressora e de nação oprimida?

#### **DEPENDÊNCIA E NACIONALITARISMO**

Minha hipótese é que só se avança nesta área se detectarmos seus aspectos propriamente político-ideológicos, o que implica levar a sério a afirmação sobre as diferentes formas de estruturação do campo de forças no interior de uma formação social, bem como da presença, na própria constituição daquele campo, de relações transnacionalizadas. Isto significa, por sua vez, levar em conta que o conteúdo democrático presente no nacionalismo das formações sociais dependentes pode deter maior ou menor centralidade ao se articular a outros aspectos deste nacionalismo. Ou seja, a implicação democrática presente nos movimentos nacionais destas formações refere-se apenas a um aspecto deles. Muitos desses movimentos podem ser, quanto aos outros aspectos, incrivelmente antidemocráticos. Foi o caso, no período JK, da “Frente de Novembro”, uma tentativa de conferir organicidade a um movimento lottista. Por outro lado, ao longo da segunda metade dos anos 50, as principais correntes nacionalistas brasileiras conseguiram arrebatar aos liberais a bandeira da democracia<sup>40</sup>. É em relação àquele aspecto (e unicamente a ele) que proponho o conceito (noção?) de “nacionalitarismo”<sup>41</sup>.

Em suma, da mesma forma que, apesar do que afirmam os apologistas da globalização, o imperialismo não foi eliminado, a distinção teórica e prática entre nacionalismo e imperialismo permanece importantíssima para os marxistas. Quando o neoliberalismo, enquanto doutrina, começa a fazer água, não faltarão aqueles que, mais uma vez, tentarão identificar as lutas proletá-

rias e populares com os sagrados interesses da comunidade nacional e de “seu” Estado, o qual deve ser fortalecido para bem cumprir sua legítima finalidade: a defesa do bem comum. Da mesma forma, na medida em que, mais uma vez, a chamada democracia liberal deixa um imenso rol de “promessas não cumpridas”, é o caso de se examinar em que medida os conteúdos democráticos presentes no nacionalismo de nação oprimida podem ser articulados a uma nova democracia que, ao invés do transformarem os marxistas em recauchutadores virtuais de instituições burguesas, sirvam para constituir instâncias de poder inseridas no processo de luta pela transformação social<sup>42</sup>. Da mesma forma que se deve distinguir anti-imperialismo de simples nacionalismo, é preciso encontrar formas alternativas concretas de arrebatar o anti-estatismo dos liberais<sup>43</sup>.

Em certa época, imaginando lutar contra o imperialismo, marxistas ajudaram a dirigir estas lutas no sentido de fortalecer um Estado cuja política, no frígido dos ovos, consolidou um certo padrão de capitalismo dependente no Brasil. Em outra, julgando fortalecer a democracia, ajudaram novas lutas (os então chamados “novos movimentos sociais”) a “amadurecerem” e encararem o Estado (burguês) não como um adversário, mas como um “interlocutor” (ou mesmo um “parceiro”), em um processo de busca de uma cidadania que, não mais que de repente, transformou-se em “exclusão social”.

Hoje, quando novas lutas sociais apontam, em termos práticos, para profundas transformações, grandes contingentes de intelectuais que não bandearam para o partido da ordem têm importantes funções a cumprir, nas quais se entrelaçam pesquisa científica e atividade política. Uma delas é a incessante desconstrução do dispositivo teórico-ideológico da dominação política burguesa, a começar pelo tripé Estado burguês-nação-cidadania, que deve ser submetido à crítica rigorosa.

#### NOTAS

<sup>1</sup> ARRIGHI, G. *A Ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1997.

<sup>2</sup> POULANTZAS. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 1968, pp. 40-41.

<sup>3</sup> HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

<sup>4</sup>Entre outros, os trabalhos pioneiros de SWEEZY, P. e MAGDOFF, H. *A crise do capitalismo americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, e MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Campinas, ENSAIO/UNICAMP, 1990. Entre os trabalhos mais recentes, podem ser citados os de KURZ. *O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992 e ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/UNESP, 1994.

<sup>5</sup>OFFE, Claus. "Trabalho: a categoria sociológica chave?" In *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

<sup>6</sup>Aqui, a referência teórica de base pode ser encontrada nas contribuições althusserianas ou influenciadas por elas. Por exemplo, ALTHUSSER. *Pour Marx*. Paris, Maspero, 1965; ALTHUSSER e BALIBAR. *Para ler El Capital*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973; ANDERSON, P. *Arguments within English Marxism*, Londres, Verso, 1980, e *Linhagens do Estado Absolutista*, São Paulo, Brasiliense, 1985; e POULANTZAS. *op. cit.* Ver, a este respeito, ALMEIDA, L. F. "Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de transnacionalização do capitalismo em crise", *Lutas Sociais*, 1º sem/96.

<sup>7</sup>A bibliografia sobre este assunto é ampla e diversificada. Destaco POULANTZAS. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, HUSSON, M. "Les trois dimensions du néo-impérialisme". In *Actuel Marx*, 18 (Dossier *L'Impérialisme Aujourd'hui*), 1995 e CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

<sup>8</sup>As este respeito, além dos autores citados, PZREWORSKI. "A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classe". In *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 67-119.

<sup>9</sup>Inspiro-me claramente em Poulantzas, que, tendo mudado bastante de um livro a outro, manteve esta posição ao longo de toda a sua trajetória. Ver, por exemplo, POULANTZAS. *op. cit.*, 1968 e POULANTZAS. *op. cit.*, 1975. Uma excelente biografia intelectual de Poulantzas foi escrita por JESSOP, B. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*, Londres, Macmillan Publishers, 1985. O mesmo autor abordou recentemente as implicações das teses poulantzanas para a análise do atual processo de "globalização" em "A globalização e o Estado nacional". In *Crítica Marxista*, nº 7, 2º sem/98.

<sup>10</sup>Por uma dupla razão. Primeiro porque certas formulações de Marx se prestam efetivamente a uma interpretação economicista. Segundo, porque existe, na obra deste autor, uma defasagem entre a análise da estrutura do Estado e a da expansão transnacional do capitalismo. Quando se refere, em tons candentes, à transnacionalização (por exemplo, no *Manifesto do partido comunista*), não desenvolve suas teses sobre a estrutura do Estado. Por outro lado, ao fazer uma análise mais elaborada da estrutura econômica do capitalismo, trata-o como se circunscrevesse a "uma nação" (1985, p. 164), deixando de lado, por um procedimento de abstração, a análise direta do Estado, da ideologia e, principalmente, para o que interessa aqui, das relações internacionais. *O capital*, vol. II, livro I, São Paulo, Nova Cultural, p. 164.

<sup>11</sup>O outro aspecto, o da crise, que repercute sobre a própria capacidade militar, será abordado mais adiante.

<sup>12</sup>Aqui as teses pioneiras, ainda que bastante gerais, são de Poulantzas – injustamente esquecido também a este respeito – em POULANTZAS. *op. cit.*, 1975. Uma posição distinta é adotada por Arrighi, nos seus dois livros já citados. No Brasil, TAVARES e FIORI, com “Globalização, hegemonia e império”, em *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997, destacam o papel do Estado neste processo.

<sup>13</sup>Embora tais impactos ainda sejam difíceis de avaliar, bastar observar que a simples “miopia” que nos levou a quase todos a não relacionar a expansão japonesa com o “fechamento da China”, também nos impediu de sequer vislumbrar que, quando esta última se “abrisse”, a primeira “vítima” poderia ser o Japão. HARVEY. “A geografia do Manifesto”. In *Lutas Sociais*, nº 04, 1998.

<sup>14</sup>N. POULANTZAS. *op. cit.*, 1968 e SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

<sup>15</sup>GUIOMAR, J-Y. *L'idéologie nationale: nation, représentation, propriété*. Paris, Champ Libre, 1974 e *La Nation: entre l'histoire et la raison*, Paris, La Découverte, 1990; GIDDEMS, A. *The nation-State and violence*. Cambridge, Polity Press, 1987; ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1984; ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

<sup>16</sup>GELLNER, E. *Nacionalismo e democracia*. Brasília, UnB, 1981 e *Nations and nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983. ANDERSON, B. *op. cit.*

<sup>17</sup>A este respeito, MARX, K. *O capital*, livro terceiro, tomo 02, São Paulo, Nova Cultural, 1986, p. 251 e PASUKANIS, E. *La théorie générale du droit et le marxisme*. Paris, EDI, p. 125.

<sup>18</sup>O que, como diversos autores já demonstraram, embora levasse a conflitos parciais com as potências imperialistas, especialmente os Estados Unidos, não implicava necessariamente uma antiimperialista. Aqui, o leque era bastante amplo, estendendo-se desde os que advogavam (sem sucesso) um Plano Marshall para a América Latina (leia-se auxílio norte-americano para uma política de industrialização capitalista de dependente no Brasil) ou que o Brasil se tornasse “a Iugoslávia dos EUA” até o que procuravam, pelo menos no discurso, imprimir um caráter antiimperialista ao nacionalismo e, desta forma, abrir caminho para transformações de caráter socialista.

<sup>19</sup>E, quando percebida enquanto ausente, pedra de toque de inúmeros nacionalismos.

<sup>20</sup>Apenas a título de exemplo, reportemo-nos às formulações elaboradas por HELLER, em *La soberanía: contribución a la teoría del derecho estatal y del derecho internacional*. México, Fondo de Cultura Económica, 1927: “[...] especialmente después de la primera guerra mundial, son numerosos y apasionados los ataques en contra de la soberanía externa del estado. En todos ellos, late la idea de que lo concepto absoluto de soberanía de Bodino está envejecido por lo que ya no corresponde a la condición actual de las relaciones internacionales” (pp. 99-100). De sua parte, Heller observa que o conceito de soberania do Estado sempre se vincula, de alguma forma, à idéia de soberania do povo (p. 164). E acrescenta que a representação do “pueblo como el sujeto adecuado de la soberanía” é “una imposibilidad lógica para el liberalismo” (p. 165, destaques dele). No final de

seu livro, Heller volta a associar ao liberalismo as teses da extinção da soberania estatal e qualifica a *Teoria pura do direito*, de Kelsen, como “una absolutización metódica del liberalismo, cuyo postulado fundamental: *libertad frente al estado*, es la máscara de la oposición liberal al dogma de la soberanía estatal” (p. 309, destaques dele). Levando-se em conta o processo de fortalecimento dos Estados, que atravessou as décadas subseqüentes, também a releitura de autores como Heller deve sugerir cautela em relação às teses muito peremptórias sobre o fim dos Estados nacionais.

<sup>21</sup>Trata-se, obviamente, de uma distinção relativa, pois as estruturas não são atemporais, nem estão pairando no ar. No limite, não faria nenhum sentido se referir às estruturas de um Estado permanentemente incapaz de implementar qualquer política. Por outro lado, para se ter uma idéia sobre os equívocos teóricos e políticos resultantes daquela indistinção, basta recorrer à maioria das análises das trajetórias dos chamados novos movimentos sociais ao longo dos anos 70 80, que consideram que lutar por determinadas políticas de Estado significa, necessariamente, legitimar o Estado, entrando, inclusive, em “parceria” com ele.

<sup>22</sup>Exatamente para poder atingir suas metas de política interna. Renato Archer: *depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1979. Autores como CALDAS, em *A política exterior do governo Kubitschek*. Brasília, Thesaurus, 1996, adotam posição oposta à de Archer.

<sup>23</sup>Quanto a JK, parece não haver nutrido grande entusiasmo por esta política.

<sup>24</sup>Ver, a este respeito, a dissertação de LEAL, M. C. *Caminhos e descaminhos do Brasil nuclear (1945-1958)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1982.

<sup>25</sup>Ver, por exemplo, as considerações de HARVEY. *op. cit.*, e ARRIGHI. *op. cit.*, 1994.

<sup>26</sup>Arrighi, nos dois livros citados, insiste nesta última hipótese.

<sup>27</sup>MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 84-85.

<sup>28</sup>BAUER, O. La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia. México, Siglo XXI, 1979.

<sup>29</sup>A este respeito, ALMEIDA, L. F. *op. cit.*, 1996.

<sup>30</sup>Pouco importa, para o meu argumento, se mistificada ou não.

<sup>31</sup>BURAWOY, M. “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13, 1990. Sobre a presença de relações de dependência no capitalismo japonês, ver, entre outros HIRATA. “Trabalho, família e relações homem/mulher no capitalismo japonês”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 02, 1986.

<sup>32</sup>E, mais do que oscilações nos índices das bolsas de valores ou longo declínio da rentabilidade dos capitais investidos diretamente na produção, é um aspecto importante de uma crise estrutural (não necessariamente final) do capitalismo.

<sup>33</sup>ALMEIDA, L.F. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo, EDUC, 1995.

<sup>34</sup>Mas estudos não deixaram de ser feitos. Um balanço da literatura a respeito do tema é feito por SANTOS, T. “A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico”. In VVAA, *Teoria da dependência: 30 anos depois*. IEA/USP, 1998, pp.

10-54. As recentes agressões militares capitaneadas pelos EUA apenas conferem maior urgência à necessidade de aprofundar estes estudos, em especial no que se refere à nova arrancada do imperialismo norte-americano. A este respeito, PETRAS, J. and VELTMEYER, Henry. *Latin American: capitalism at the end of the millennium*, 1999, mimeo.

<sup>35</sup>E, para surpresa de muitos, do Irã.

<sup>36</sup>Também é preciso considerar que, neste período que se prenuncia como pleno de “questões nacionais”, estas não tendem a surgir somente no interior de conflitos entre Estados das formações sociais hegemônicas e dependentes, mas também, no interior destas ou daquelas.

<sup>37</sup>Vários autores apontam para uma espécie de incapacidade teórica congênita do nacionalismo, na medida em que tente a absolutizar uma única nação (real ou desejada), a própria. Benedict Anderson, mais complacente com este tipo de “imaginação”, sugere que o nacionalismo não seja tratado como outras doutrinas políticas, observando que, “diversamente dos outros ‘ismos’, o nacionalismo jamais produziu grandes pensadores próprios” e que talvez “as coisas ficassem mais fáceis se ele fosse tratado mais como associado a ‘parentesco’ ou a ‘religião’ do que com ‘liberalismo’ ou ‘fascismo’”. ANDERSON, B. *op. cit.*, 1984, pp. 13-14.

<sup>38</sup>WEFFORT, F. “Dependência: teoria de classes ou ideologia nacional?” In *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; CARDOSO, F. H. “Teoria da dependência’ ou análises concretas de situações de dependência?” In *O Modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, pp. 123-139.

<sup>39</sup>Inclusive no que estas incidem sobre o processo de constituição das classes sociais.

<sup>40</sup>Ver nota nº 03. Esta afirmação não significa, ao contrário do que afirma a maioria da literatura sobre o assunto, que o regime político brasileiro, na segunda metade dos anos 50 tenha sido democrático. A este respeito, ALMEIDA, L. F. “O regime democrático no período JK: um mito a ser questionado”. In *Margem*, nº 06, 1997.

<sup>41</sup>Inspiro-me criticamente nas formulações de ABDEL-MALEK, A. *La dialéctica social: la reestructuración de la teoría social y de la filosofía política*. México, Siglo XXI, 1975 e RODINSON, M. *Sobre la cuestión nacional*. Barcelona, Anagrama, 1975.

<sup>42</sup>E – o que, após os 80 anos de esperanças e fracassos produzidos pela experiência da antiga URSS, adquire uma importância crucial – tenham longa vida após a derrubada da velha ordem.

<sup>43</sup>Que, neste caso, é pouco mais que simples retórica, embora produza impactos ideológicos importantes.



# III - Fronteiras em Conflito

